



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº055/2020.

Regulamenta, em âmbito Municipal, a Lei Federal nº. 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº. 6, de 20 de março de 2020, e dá providências para instituir respectivamente, a Comissão de Acompanhamento e Operacionalização da Lei Aldir Blanc, e a Comissão de Preparação, Análise e Julgamento para editais de cultura (inciso III do Art. 2º) da mesma Lei.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 40 da Lei Orgânica Municipal, de 30 de março de 1990 DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo do Município de Canhotinho por meio da Secretaria Municipal de Cultura, executará diretamente os recursos de que trata o art. 1º da Lei Federal nº. 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei de Emergência Cultural - Aldir Blanc), mediante programas que contemplem todas as hipóteses enumeradas no art. 2º da referida Lei:

I - A Secretaria Municipal de Cultura, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao Município de Canhotinho, nos termos do inciso II e III do art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020 (Lei Aldir Blanc).

II - A renda básica de auxílio emergencial da cultura, indicada no inciso I do Art., 2º da Lei Aldir Blanc, referente ao pagamento de R\$ 600,00 (seiscentos reais) durante 03 (três) meses à artistas beneficiários fica ao encargo e competência do Estado de Pernambuco, como ficou regulamentado e certificado no Decreto nº. 10.468, de 2020.

III - A Secretária de Cultura poderá expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, adaptando-a a realidade Municipal, no tocante do inciso II (grupos, associações, espaços, cooperativas culturais, etc.) e III (editais, chamadas públicas etc.) do seu Art. 2º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

GABINETE DO PREFEITO

IV - Fica a critério da Gestão Municipal de Cultura, a partir de diagnósticos preliminares sobre a realidade local do setor cultural, definir porcentagens e valores do montante total dos recursos destinados para beneficiários (artistas e/ou espaços e grupos culturais), assim como a divulgação dessas informações para população através de publicação oficial em canal de comunicação da Secretaria de Cultura de Canhotinho.

V - Compete a Gestão Municipal de Cultura, através do Sistema Municipal de Cultura de Canhotinho (SMCC), juntamente com o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canhotinho (CMPCC) definir o número de parcelas que poderão ser pagas a possíveis grupos beneficiários com recursos da Lei Aldir Blanc.

VI - Fica a cargo da Gestão Municipal da Cultura a partir do diagnóstico do setor cultural local, do mapeamento realizado no cadastro Municipal de artistas e da Lei Municipal Nº 1590/2013, definir quais agentes são considerados participantes dos segmentos culturais e artísticos encontrados no Município, assim como publicação oficial desses parâmetros e critérios utilizados para tal classificação.

VII - Os benefícios dos recursos da Lei em questão, poderão ser destinados à pessoas físicas naturais do Município de Canhotinho ou, mesmo tendo nascido em outra cidade, que comprovem suas atividades nos últimos 24 meses em território canhotinhense, assim como para pessoas jurídicas (grupos; espaços, associações, entidades e empreendimentos culturais) e que possam ser comprovadas através de documentos (fotos, vídeos, links da internet, notícias de jornal, entre outros).

VIII - Para os beneficiários dos recursos da Lei, quem validará os cadastros culturais de todos os agentes (pessoa física e jurídica) será a Gestão do Município - mediante apresentação de documentos que comprovem a sua atividade cultural.

IX - O Município poderá emitir portarias para expedir metodologias, critérios e parâmetros específicos para seleção de beneficiários do inciso II e III da Lei Federal nº. 14.017.

§ 1º Do valor total de recursos destinado a este Município, cabe a Gestão Municipal da Cultura, ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canhotinho (CMPCC) e as comissões instituídas, através de diagnóstico, definirem qual percentual poderá ser gerido e executado em cada categoria de beneficiários disposta no Art. 2º - inciso II e III, da lei Aldir Blanc - de acordo com as realidades e contextos culturais locais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º O Cadastro Cultural Municipal realizado na Secretaria de Cultura de Canhotinho, também em sua versão virtual, criado para diagnosticar e identificar os trabalhadores da cultura; garantirá inclusões e alterações nas inscrições/respostas que estiverem em andamento até a data de sua homologação, para validar a classe artística inserida no contexto da Lei Aldir Blanc.

Art. 3º Fica criada a Comissão de Acompanhamento e Operacionalização da Lei Aldir Blanc, com as seguintes atribuições:

I - Apresentar ações coordenadas de acompanhamento operacional na esfera jurídica, administrativa e orçamentária para receber e destinar recursos ao setor cultural;

II - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Canhotinho para a distribuição dos recursos;

III - Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do Art. 1º deste Decreto;

IV - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos referentes aos itens II e III do Art. 2º da Lei Aldir Blanc no âmbito do Município de Canhotinho.

Art. 4º A Comissão de que trata este Decreto será composta pelos seguintes integrantes:

I - Gestor da Secretaria Municipal de Cultura;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III - 1 (um) representante do setor jurídico da Prefeitura;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5º Fica criada a Comissão de Preparação, Análise e Julgamento dos Editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, tratadas no inciso III, do Art. 2º, da Lei Aldir Blanc, com as seguintes atribuições:

I - Realizar as tratativas necessárias para criação, publicação e acompanhamento do processo que trata dos editais públicos ofertados à população.

II - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Canhotinho para a distribuição dos recursos na forma prevista no inciso III do art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

GABINETE DO PREFEITO

III - Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do art. 1º deste Decreto;

IV - Acompanhar a execução das ações referentes ao item III dos recursos transferidos para os beneficiários do art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020;

V - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos referentes aos editais no âmbito do Município de Canhotinho.

Art. 6º A Comissão de Preparação, Análise e Julgamento dos Editais de que trata este Decreto será composta pelos seguintes integrantes:

- I - Gestor da Secretaria Municipal de Cultura (que o presidirá);
- II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III - 1 (um) representante do CRAS;
- IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- V - 4 (quatro) representantes convocados entre a sociedade civil e o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canhotinho (CMPCC).

Art. 7º Caso o Município não identifique grupos e espaços culturais, que se encaixem nos critérios referentes ao inciso II do Art. 2º da Lei Aldir Blanc, os recursos enviados à essa categoria de beneficiários poderão ser remanejados para ações emergenciais referentes ao inciso III da mesma Lei (editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, etc.):

I - Caso seja averiguado agente beneficiário do inciso II do Art. 2º desta lei, o valor repassado a entidade também poderá ser utilizado na compra de material permanente de uso para manutenção das atividades culturais.

II - As aquisições de material permanente para manutenção das atividades culturais de grupos/espacos de cultura, deverão constar na prestação de contas do grupo/espaco, no máximo 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela, por meio de materiais comprobatórios, de preferência, em formato digital, para análise e validação pela Gestão Municipal de Cultura, entre eles cupons ou notas fiscais e acompanhado, quando houver, de justificativa para funcionamento/manutenção do espaco.

III - Com relação ao inciso II do Art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020 - referente a grupos, espacos ou empresas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO GABINETE DO PREFEITO

culturais - caso o município não atinja os investimentos esperados nessa categoria de beneficiários, o total dos recursos reservados para esse aporte, poderá ser remanejado para as necessidades encontradas no inciso III da mesma Lei - referente à editais e chamadas públicas, para a realização de mecanismos destinados a manutenção de agentes e espaços culturais, tais como:

- Editais
- Chamadas públicas
- Premiações
- Aquisição de bens e/ou serviços vinculados ao setor cultural
- Concursos culturais
- Cursos, oficinas ou workshops
- Projetos ou programas culturais - relacionados ou não ao combate a proliferação do Covid-19
- Desenvolvimento de atividades culturais
- Desenvolvimento de produções audiovisuais
- Apoio a projetos ou iniciativas culturais
- Realização de atividades que possam ser transmitidas e/ou disponibilizadas pela internet, por meio de redes sociais ou outras plataformas digitais
- Entre outras ações de apoio e fortalecimento do setor cultural local

Art. 8º Quando houver, espaços, grupos ou empresas culturais que estiverem concorrendo aos recursos da Lei Aldir Blanc, deverão, após convocação da gestão ou das comissões instituídas - na representação do Sistema Municipal de Cultura de Canhotinho, Lei Municipal 1590/2013, apresentar plano de atividades durante o período de calamidade pública e proposta de contrapartida a ser desenvolvida após a pandemia.

I - As contrapartidas apresentadas pelos grupos, espaços ou empresas culturais deverão ser difundidas por meios virtuais e disponibilizadas ao público geral em canais de difusão definidos pela gestão, comissão de acompanhamento e/ou Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canhotinho (CMPCC).

Art. 9º É assegurada a participação da sociedade civil no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Lei Aldir Blanc, através do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Canhotinho (CMPCC).

Art. 11º A Lei Municipal 1590/2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Canhotinho, dará respaldo para as ações emergenciais destinadas ao setor cultural em consonância com esta regulamentação Municipal publicada em ato oficial pela Prefeitura Municipal de Canhotinho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

GABINETE DO PREFEITO

Art. 12º Todas as informações de interesse público relativas à aplicação da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, em âmbito local, ficarão disponíveis no endereço <https://www.facebook.com/secultcanhotinho/> ou pela solicitação de acesso à informação pelo e-mail culturacanhoto@gmail.com.

Art. 13º Revogadas as disposições contrárias, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Canhotinho, 21 de Setembro de 2020.

FELIPE PORTO DE BARROS WANDERLEY LIMA
Prefeito

Este texto não substitui o publicado na IOM, conforme art. 104, caput, da Lei Orgânica do Município de Canhotinho.